Relatoria Sessão 8

Integração da Governança da Internet com a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: quais são as prioridades da região para a inclusão digital?

Sexta-feira 29 de julho às 11:00h. Hotel Park Inn. San José, Costa Rica

Moderadora: Alejandra Erramuspe- Governo Uruguai

Painelistas:

Yolanda Martínez- (Função Pública)

Oscar Robles (LACNIC)

Gisela San Juan (IFT)

Flávia Lefèvre, (CGI.br)

Julian Casasbuenas (APC)

Ponente: Jimena Sierra (IFT)

Moderador à distância: Raquel Gatto (ISOC)

Durante o desenvolvimento do painel, foram identificados os desafios e as prioridades para a região em termos de inclusão digital no enquadramento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável relativo à inclusão, acesso equitativo e acessível para todos, melhoramento da infraestrutura, promoção da adoção de tecnologias, aumento da pesquisa científica e melhoria da capacidade tecnológica.

Dentro das principais contribuições dos painelistas, surgiu a necessidade de as expectativas sobre estes objetivos sejam atenuadas e que os países devem trabalhar juntos e de forma mais pontual no desenvolvimento de métricas, na criação de uma Internet como habilitadora de direitos, como uma ferramenta fundamental para cumprir os objetivos de desenvolvimento sustentável e que tenha um impacto direito no desenvolvimento da população.

Além disso, foram mencionadas algumas iniciativas que fizeram alguns dos países para cumprir estes objetivos, em particular na redução da pobreza, o aumento da educação de qualidade, igualdade de gênero, redução das desigualdades e alianças estratégicas entre elas, o papel da eLAC na agenda digital 2030, a agenda digital que tentou chegar a um consenso para adotar os 17 objetivos a serem alcançados até 2030. Esta agenda digital está alinhada com os objetivos da região.

Entre outras iniciativas, encontramos também a Internet como incentivadora da criação de novos modelos econômicos baseados em estratégias de abertura e de intercâmbio, estratégias de aproveitamento de tecnologias da informação e da comunicação, alfabetização digital, modelos de sustentabilidade, acesso público, incremento do uso das línguas indígenas, envolvimento dos jovens na preservação de suas línguas, implantação de redes sem fio comunitárias, sensibilização para criar redes próprias, maior autonomia no uso de redes, maior consciência da responsabilidade do Estado e do sector empresarial, bem como a iniciativa de uso do espectro não utilizado para a geração de novas tecnologias.

Outras prioridades estão baseadas no incentivo à partilha de infraestruturas para evitar a duplicação de seu uso e aproveitar melhor l as redes de comunicações já existentes através de medidas regulamentares, leilões de espectro, educação com inclusão digital, participação da academia, movimentos de professores para expandir as informações das novas tecnologias, especialmente nas áreas mais remotas e mais pobres onde é necessário realizar mais estudos econômicos, empíricos e científicos.

As principais preocupações do público estão relacionadas com a conectividade na última milha, alterações às políticas públicas, a importância do software líder na democratização dos serviços através de soluções comunitárias, a participação através de cooperativas de telecomunicações; e foi enfatizada a importância do objetivo 16 onde para a transformação da sociedade é necessário ter sociedades pacíficas, inclusivas, com acesso à justiça, transparência na gestão e que garantam o acesso público às informações, e foi introduzido o conceito da Internet contra a soberania onde são encorajados a pensar sobre como lidar com os fenômenos de concentração futura da Internet.

Assim, as principais prioridades da região para a inclusão digital, em conclusão, são: o acesso à internet, a educação e alfabetização digital, a redução da desigualdade entre e dentro dos países da região, uso de

tecnologias responsáveis, proteção de dados, o uso de uma plataforma de software público regional, partilha de infraestrutura, promoção da Internet e das TIC baseadas na inovação e competitividade, impulsionar um governo eletrônico para democratizar a Internet, o desenvolvimento baseado na inclusão, maior participação social através de projetos como o México conectado, Bogotá Vive Digital em que a governança participativa deve aumentar, atingir áreas remotas através de redes compartilhadas, a promoção de informações sobre a banda larga, leilões de espectro, consultas públicas e participação da sociedade civil.

.